

O que Sarney não disse na carta a Mitterrand

Na carta que encaminhava ao presidente François Mitterrand, o presidente José Sarney empregou uma linguagem ao mesmo tempo dramática, dura e pessimista para falar da situação dos países em desenvolvimento e do papel dos países ricos. Lembrou, por exemplo, a eclosão de movimentos espontâneos de rebeldia em Caracas e em várias cidades da Argentina, para caracterizá-los como "a revolta do desespero, da ausência de perspectivas, da frustração das grandes massas carentes e desencantadas". Nas seis páginas que escreveu ao colega francês, com quem não se avistará embora esteja em Paris para as comemorações do bicentenário da Revolução Francesa, o presidente brasileiro diz que hoje há "um novo Ancien Régime a derrubar", o regime "dos privilégios, dos monopólios do saber, da insensibilidade e da opressão, aberta ou disfarçada".

Chega a ser irônico que, tendo patrocinado a um grupo numeroso de amigos — e à custa da população, ressalve-se — um alegre convívio a Paris, regado a champagne, o presidente fale em "grandes massas carentes e desencantadas". Mas não é novidade que assim proceda. Ele tem aproveitado suas viagens ao exterior, que se contam às dezenas, para pronunciar discursos grandiloqüentes, se tiver por tribuna a assembléia geral da Organização das Nações Unidas, por exemplo, ou para lançar declarações dramáticas, como tem feito em países latino-americanos e faz agora nessa carta a Mitterrand.

Em muitos pontos a carta de Sarney aborda bem alguns aspectos dos nossos problemas. Ele diz, por exemplo, que a persistência da pobreza e o esgotamento dos modelos de desenvolvimento já tentados conduzem à superação das ideologias. O desespero das massas de que fala o presidente, de fato, não é uma questão ideológica, mas o sintoma mais evidente do fracasso das políticas seguidas até aqui.

Sarney verifica também que, na América Latina, "os governantes não têm meios para atender aos mais legítimos e elementares anseios de suas sociedades por melhores condições de vida e por acesso aos frutos do progresso, tão visíveis nos países desenvolvidos". Ele afirma, ainda, que chega ao final do mandato "absolutamente convencido de que, se não forem tomadas providências urgentes e de amplo alcance, não haverá como conter a explosão que se avizinha".

Em outro ponto, o presidente brasileiro critica o estágio em que se encontram as relações entre os países pobres e os países ricos, dizendo que a interdependência se converteu, na verdade, em dependência, "onde os mais pobres são paradoxalmente reduzidos à contingência de financiar os mais ricos" (o pagamento da dívida), para pedir a Mitterrand que, na reunião dos sete países mais industrializados, a se realizar em Paris, seja o intérprete da disposição do Brasil de promover um diálogo amplo e objetivo sobre esses problemas.

Entretanto, mais importante do que discutir o que o presidente diz na carta é refletir sobre o que ele não diz. Ao chegar ao final de seu mandato — de cinco longos anos pelos quais lutou na Constituinte —, apenas verifica que haverá uma explosão se não forem tomadas "providências urgentes". Mas o que ele, na posição privilegiada em que esteve nestes cinco anos, concretamente fez, em termos de providências, para evitar essa eclosão? Ainda agora, com o país às portas da hiperinflação, o governo limita-se a adotar medidas localizadas e recusa-se a ir à raiz do mal inflacionário, que está instalado em suas entranhas (e falamos aqui do governo como gestor do Estado e de sua máquina "econômica") — seu gasto exagerado, seu desperdício, seu descontrole.

Sim, os modelos de desenvolvimento tentados na América Latina estão esgotados — e não há sinal mais claro disso do que as crises enfrentadas pelos países da região. Mas o que os governantes, como José Sarney, fizeram para superar esse esgotamento? Sim, a interdependência está-se convertendo em dependência, mas isso ocorre porque os países desenvolvidos, como mostra o relatório do Banco Mundial sobre o desenvolvimento mundial recentemente divulgado, conseguem crescer a taxas maiores do que os países em desenvolvimento.

Por que os países da América Latina vão ficando para trás, aumentando o desespero e a pobreza de suas populações? A esta pergunta a carta de Sarney não tem resposta. Mas é nessa resposta que se devem buscar as soluções para os problemas que o presidente, com tanta dramaticidade, retrata. A persistência do subdesenvolvimento deve-se a um vício de cultura política que impede nossas elites de entender exemplos do presente e mirar o futuro.

É esse vício cultural que produz, por exemplo, os repetidos e fracassados choques heterodoxos, a busca de bodes expiatórios (como os credores externos e os países ricos), o fechamento da economia, o agigantamento do Estado e suas mazelas e, afinal, a inflação, em vez da adoção de medidas concretas na direção da abertura econômica, da redução da interferência estatal, da integração na economia planetária que, onde quer que tenha sido tentada, produziu sempre o mesmo efeito fulminante: o fim da miséria e o desenvolvimento continuado.

Esse caminho, como dissemos no editorial de ontem, exige que se libertem as forças criadoras dos indivíduos e das empresas, por meio da remoção do entulho estatal e de seus corolários: a corrupção, o cartorialismo, a burocracia, o empreguismo e a ineficiência. Essa é a "providência urgente" que o presidente Sarney reclama. Se isso for feito o país voltará a crescer e poderá perfeitamente pagar a dívida externa, é claro que nas condições mais favoráveis e com todas as facilidades que puderem ser negociadas. A solução para a dívida, como dissemos ontem, é pagá-la. E, para isso, o país tem potencialidades, ainda não utilizadas na sua plenitude por causa de uma cultura política retrógrada e viciada da qual, aliás, Sarney é um dos mais lídicos representantes.